

Carta-resposta ao Sind-REDE/BH sobre a educação pública, gratuita, laica e de qualidade

Minas Gerais, setembro de 2026.

À Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
Sind-REDE/BH

Prezadas senhoras e prezados senhores,

Agradeço o encaminhamento da Carta-Compromisso com a Educação Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade e a oportunidade de responder às reivindicações apresentadas para as eleições de 2026. Recebo com respeito a contribuição construída pela entidade a partir das deliberações de seus trabalhadores.

Nosso Plano de Governo coloca a aprendizagem no centro da política educacional. Esse compromisso não existe separado das condições de trabalho de quem ensina nem das condições de vida de quem aprende. Uma escola precisa de profissionais valorizados e de uma organização que permita enfrentar as dificuldades dos estudantes antes que elas se acumulem.

Como candidato ao Governo de Minas Gerais, respondo pelas responsabilidades que pretendo exercer na administração estadual. Reconheço que o Sind-REDE/BH representa trabalhadores da rede municipal de Belo Horizonte. A cooperação com o município será parte de nossa atuação, respeitando sua autonomia e sem apresentar como decisão do governador aquilo que depende da administração municipal, especialmente na organização de suas carreiras e de sua rede escolar.

Esta resposta acompanha os sete eixos da carta e distingue os compromissos presentes no Plano de Governo das reivindicações que não estão definidas nele. A concordância com a defesa da educação pública não significa adesão automática a todos os instrumentos propostos. Da mesma forma, a necessidade de planejar novas medidas não torna facultativo o cumprimento dos direitos vigentes.

1. Defesa da educação pública e do financiamento

Resposta aos itens 1 a 4

Nosso compromisso é fortalecer a capacidade do Estado de assegurar aprendizagem. O plano prevê currículo claro, materiais adequados e métodos baseados em evidências, com professores presentes e orientados e avaliações utilizadas para oferecer apoio às escolas. Também preserva a responsabilidade estadual pelos prédios de sua rede. A cooperação municipal não será utilizada para transferir essa obrigação às prefeituras.

O financiamento deve sustentar essas condições de funcionamento e a valorização dos profissionais. Defendo que a distribuição dos recursos considere as necessidades de cada escola e as desigualdades entre os territórios, como estabelece o programa. Não basta anunciar um investimento: é preciso verificar se ele melhorou as condições de ensinar e aprender.

A proposta de vincular 30% das receitas à educação, presente no item 2, não integra os compromissos definidos em nosso plano. Sua adoção exigiria delimitar a base de cálculo e demonstrar seus efeitos sobre o orçamento e as demais obrigações públicas. Por isso, não assumo esse percentual por meio desta carta. Assumo o compromisso com o cumprimento das obrigações de financiamento e com a priorização da educação no planejamento estadual.

Há convergência direta com a transparência solicitada no item 3. O plano prevê divulgação de contratos e pagamentos, fortalecimento do controle e publicidade dos resultados das políticas. A aplicação dos recursos da educação deverá permitir acompanhamento social e apuração de irregularidades, com responsabilização quando cabível.

Quanto ao item 4, nosso programa não estabelece proibição geral de concessões, parcerias público-privadas ou toda transferência de recursos a instituições privadas. Não assumo essa vedação indistinta. Isso tampouco significa anunciar privatização da rede escolar. A responsabilidade pública pelo ensino não pode ser abandonada, e qualquer instrumento deve ser examinado por sua finalidade, seus custos e seus resultados, com transparência. A defesa da escola pública não será confundida com a obrigação de aceitar ou rejeitar uma parceria antes de conhecer seu objeto.

2. Valorização dos trabalhadores e das carreiras

Resposta aos itens 5 a 8

O Plano de Governo estabelece expressamente concursos regulares, formação continuada, previsibilidade remuneratória e progressão profissional, com fonte orçamentária estável e planejamento plurianual. Também prevê reduzir a dependência de contratos temporários. Esses são compromissos que assumo e pelos quais poderei ser cobrado.

Quanto ao Piso Salarial Nacional do Magistério, o cumprimento das obrigações legais não depende de uma promessa adicional de campanha. O mesmo respeito deve alcançar os direitos aplicáveis aos profissionais em exercício e às pessoas aposentadas e pensionistas. Esta resposta não cria, entretanto, uma nova tabela salarial nem promete reflexos automáticos sobre todas as situações funcionais e previdenciárias.

A reivindicação de recuperação das perdas históricas merece ser tratada com seriedade. Nosso plano não fixa um percentual de recomposição nem um calendário para eliminar todas as perdas. Não apresentarei esses resultados como garantidos sem demonstrar sua sustentação. A previsibilidade remuneratória que defendemos exige decisões que possam ser mantidas, em vez de anúncios que depois sejam descumpridos.

Reconheço também a importância dos trabalhadores que realizam as atividades administrativas e de apoio. A qualidade da escola depende de toda a equipe. O compromisso específico do plano com a carreira docente, contudo, não equivale a uma reestruturação já definida de todas as carreiras da educação. As necessidades de cada função deverão ser consideradas sem prometer equiparações que o programa não estabeleceu.

A formação continuada será articulada com universidades públicas e institutos federais, distribuída regionalmente e relacionada aos desafios encontrados nas salas de aula. Sua contribuição à prática pedagógica deverá ser reconhecida na progressão profissional, sem reduzir o desenvolvimento da carreira à acumulação de títulos.

Planejamento e trabalho pedagógico coletivo precisam ser considerados na organização da escola. O plano propõe reorientar a supervisão para apoiar o ensino, em vez de concentrá-la na fiscalização burocrática de pequenos problemas prediais. Não estabelece, porém, uma nova composição de jornada ou quantitativos adicionais de profissionais para todas as unidades. Esses parâmetros não serão apresentados nesta carta como decisões já tomadas.

3. Concurso público e enfrentamento à precarização

Resposta aos itens 9 e 10

A redução da dependência de contratos temporários e a recomposição do quadro efetivo por concursos regulares estão expressamente previstas no programa. O objetivo é fortalecer a continuidade do trabalho escolar e oferecer perspectiva de carreira a quem ensina.

Esse compromisso não significa desvalorizar profissionais temporários. O tipo de vínculo não define sua competência nem reduz a importância do trabalho que realizam. A responsabilidade pela organização do quadro é da administração pública, não de quem foi contratado para manter a escola funcionando.

Também é necessário distinguir a redução planejada dessas contratações de uma promessa de encerramento imediato de todos os contratos. O plano não estabelece a eliminação de toda contratação temporária nem a efetivação automática de profissionais sem concurso. A transição deve preservar o atendimento aos estudantes e respeitar as condições de ingresso no quadro permanente.

Em relação aos terceirizados, a fiscalização dos contratos deve alcançar o cumprimento das obrigações e o respeito aos trabalhadores. O programa não prevê equiparação remuneratória automática entre vínculos distintos nem a extinção imediata de toda terceirização. Não assumo essas medidas como decorrência de um compromisso que possui outro alcance.

4. Inclusão e educação para todas e todos

Resposta aos itens 11 a 14

Há convergência com o fortalecimento da educação inclusiva. Nosso plano prevê formação continuada, organização do apoio por mediadores e monitores e protocolos de acompanhamento, com prioridade para estudantes com transtorno do espectro autista. Essa prioridade não exclui as necessidades dos demais estudantes com deficiência.

A inclusão precisa acontecer na sala de aula e melhorar as condições de participação e aprendizagem. Não pode significar apenas matricular o estudante e deixar sua família e os profissionais da escola sem apoio.

As demandas por acessibilidade, Atendimento Educacional Especializado, rede multiprofissional e Salas de Recursos Multifuncionais devem ser consideradas na organização desse apoio. O programa não define, entretanto, uma quantidade uniforme de profissionais por estudante ou por unidade, nem um calendário próprio de concursos para todas as especialidades mencionadas na carta. O dimensionamento deverá considerar as necessidades efetivas e a capacidade de execução.

Reconheço a especificidade das funções de guia-intérpretes, professores bilíngues e professores de educação especial. A organização do atendimento não pode presumir que funções distintas sejam intercambiáveis. A previsão de mediadores e monitores não será apresentada como resposta suficiente a toda necessidade de educação especial.

O capítulo Diversidade, Direitos e Liberdade Religiosa estabelece o combate a todas as formas de discriminação e violência. Na educação, essa orientação abrange o enfrentamento ao capacitismo, à LGBTfobia, ao machismo, ao racismo e à xenofobia. Trata-se da aplicação de um princípio geral do programa às situações concretas vividas nas comunidades escolares.

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, mencionadas pela entidade, serão observadas no âmbito das responsabilidades estaduais. O plano também prevê levar a cultura e a história de cada região às escolas e valorizar os povos indígenas e as comunidades tradicionais. O direito de aprender deve caminhar com o respeito às pessoas e à diversidade de Minas Gerais.

5. Escola em tempo integral e direito à educação

Resposta aos itens 15 e 16

A discussão sobre tempo integral deve partir do mesmo critério que orienta nosso plano: ampliar as oportunidades de aprendizagem. Mais tempo na escola precisa vir acompanhado de alimentação adequada, condições de trabalho, infraestrutura e proposta pedagógica. Estender o horário, por si só, não demonstra que o estudante esteja aprendendo mais.

A reivindicação de expansão qualificada do tempo integral é compatível com essa orientação. É necessário, contudo, distinguir a convergência com o objetivo de uma meta já estabelecida. O texto do Plano de Governo não fixa percentual de matrículas em tempo integral nem cronograma específico de expansão. Esta resposta não acrescenta números sem dimensionar as condições de permanência dos estudantes e os recursos necessários.

O programa oferece instrumentos que podem contribuir para essa organização, como a articulação entre educação e proteção social, a formação docente e o fortalecimento das atividades culturais e esportivas. Esses instrumentos precisam funcionar de maneira integrada, sem transformar a ampliação da jornada em sobrecarga para as equipes escolares.

Quanto à Educação de Jovens e Adultos, reconheço a relevância de garantir oportunidades a quem não concluiu a educação básica. O plano valoriza a continuidade dos estudos e o enfrentamento ao afastamento escolar, porém não apresenta um programa específico para a EJA nem um compromisso quantitativo de abertura de turmas.

Não tratarei essa ausência de detalhamento como posição contrária à modalidade. Tampouco afirmarei que o programa já contém um desenho que não foi estabelecido. A demanda apresentada pelo sindicato deve ser considerada na organização da oferta e no exame das necessidades da população, respeitando as especificidades da EJA.

6. Gestão democrática e condições de trabalho

Resposta aos itens 17 a 19

A escuta de quem aprende, de quem ensina e de quem acompanha a vida escolar é compatível com a forma de governar proposta em nosso plano. As decisões precisam considerar as dificuldades reais dos territórios, e não apenas informações agregadas produzidas longe das escolas.

O programa prevê participação das juventudes na formulação e na avaliação das políticas e articulação regional para aproximar a administração dos municípios. Esses princípios orientam o diálogo com colegiados e comunidades escolares. Não estabelecem, por si só, um novo modelo de gestão de cada unidade ou uma alteração já definida das competências dos espaços de participação.

A autonomia profissional precisa conviver com currículo claro e apoio pedagógico. Não se deve abandonar a escola sob o argumento de que ela tem autonomia, assim como não se deve transformar a supervisão em intervenção burocrática que dificulte o trabalho docente. Nosso compromisso é fazer a gestão apoiar a aprendizagem.

Quanto à redução de estudantes por turma e à ampliação das equipes, reconheço a relação entre a organização do atendimento e as condições de trabalho. O plano prevê recomposição do quadro efetivo e apoio à inclusão, porém não estabelece um limite uniforme novo para todas as turmas nem quantitativos adicionais de profissionais para cada escola.

Não assumo esses parâmetros indistintamente. O dimensionamento precisa considerar a etapa de ensino, as necessidades de acompanhamento e as condições das unidades. A orientação do programa é identificar onde o apoio é mais necessário e organizar os recursos para que ele chegue à escola.

7. Liberdade, democracia e direito de aprender

Resposta aos itens 20 a 22

Reafirmo a defesa de uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade. O respeito à liberdade de consciência e o combate à discriminação, presentes no programa, são incompatíveis com perseguição a profissionais ou estudantes em razão de suas convicções.

A liberdade pedagógica deve permitir o trabalho dos educadores e a pluralidade de ideias. Ela não se confunde com ausência de currículo ou de responsabilidade pelo ensino. Da mesma forma, um currículo comum não pode servir de justificativa para censura ou imposição de adesão política.

O item 21 reúne propostas diferentes numa única declaração de oposição. Nosso plano não apresenta uma posição específica sobre homeschooling ou sobre o conjunto de iniciativas identificadas como Escola sem Partido. Não transformarei essa ausência em adesão automática a qualquer desses projetos, nem afirmarei que o programa já contém a proibição integral solicitada. O compromisso que assumo é com aprendizagem, liberdade e proteção da comunidade escolar.

Nos anexos, existe um compromisso expresso de preservar o Colégio Tiradentes e sua identidade. O documento distingue essa instituição de outros modelos de escola e condiciona sua expansão à capacidade física, ao orçamento e à qualidade do ensino. Preservar o Colégio Tiradentes não equivale a propor a militarização da rede comum. Essa distinção precisa ser mantida, sem utilizar uma instituição como resposta automática a todos os problemas da educação.

Em relação ao item 22, há convergência com a rejeição de controles que ignorem a realidade das escolas e dos estudantes. O plano orienta o uso das avaliações para corrigir defasagens e apoiar as equipes, não para produzir rankings isolados. O contexto importa para compreender o resultado e escolher a intervenção adequada.

Não assumo, entretanto, uma rejeição indistinta à avaliação ou ao reconhecimento do desenvolvimento profissional. Nosso programa prevê que a formação contribua para a prática pedagógica e para a progressão na carreira. Também propõe avaliar a efetividade das políticas e direcionar recursos a partir das necessidades identificadas. Cobrar resultados do governo não significa atribuir ao professor toda a responsabilidade por eles.

A Comissão Independente de Avaliação e Resultados prevista no plano examinará políticas públicas, sem se confundir com avaliação funcional individual. Seu trabalho deverá permitir saber o que funciona, para quem e em quais condições. A independência protege inclusive a publicação de conclusões desfavoráveis ao próprio governo.

O plano também prevê aproximar instituições públicas de ensino e pesquisa dos desafios regionais, preservando a autonomia universitária e sem subordinação acadêmica. Educação não se reduz à preparação para uma ocupação, e a articulação com oportunidades de trabalho não deve ser tratada como incompatível com uma formação ampla.

Compromisso público e continuidade do diálogo

Apresento esta carta como manifestação própria de compromissos, nos termos e com as ressalvas aqui registrados. Ela não equivale à assinatura irrestrita do formulário original nem à adesão a todas as deliberações que o fundamentam.

O Sind-REDE/BH poderá cobrar os compromissos expressos de nosso programa: apoio pedagógico às escolas, concursos regulares, enfrentamento à discriminação, fortalecimento da educação inclusiva, formação continuada, previsibilidade remuneratória, progressão profissional, redução da dependência de contratos temporários e transparência na aplicação dos recursos.

O diálogo com trabalhadores e suas entidades não dependerá de concordância política com o governador. Divergências devem ser tratadas com franqueza e respeito. A prestação de contas deverá mostrar o que foi executado e quais dificuldades precisam ser enfrentadas, sem esconder problemas nem apresentar como realizado o que permaneceu apenas no anúncio.

Quero uma escola em que o estudante encontre condições de aprender e o profissional encontre condições de ensinar. Valorizar a educação exige valorizar quem a realiza. E respeitar os trabalhadores exige assumir compromissos claros, que possam ser acompanhados e cumpridos.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato ao Governo de Minas Gerais

MDB | 15